



Simulado Final

SEFA PA

Analista Fazendário

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFA-PA**, cargo de **Analista Fazendário**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/oyorh5Fuwbibot54V8>

- | | | | | |
|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| 01 - (A B C D E) | 21 - (A B C D E) | 41 - (A B C D E) | 61 - (A B C D E) | 81 - (A B C D E) |
| 02 - (A B C D E) | 22 - (A B C D E) | 42 - (A B C D E) | 62 - (A B C D E) | 82 - (A B C D E) |
| 03 - (A B C D E) | 23 - (A B C D E) | 43 - (A B C D E) | 63 - (A B C D E) | 83 - (A B C D E) |
| 04 - (A B C D E) | 24 - (A B C D E) | 44 - (A B C D E) | 64 - (A B C D E) | 84 - (A B C D E) |
| 05 - (A B C D E) | 25 - (A B C D E) | 45 - (A B C D E) | 65 - (A B C D E) | 85 - (A B C D E) |
| 06 - (A B C D E) | 26 - (A B C D E) | 46 - (A B C D E) | 66 - (A B C D E) | 86 - (A B C D E) |
| 07 - (A B C D E) | 27 - (A B C D E) | 47 - (A B C D E) | 67 - (A B C D E) | 87 - (A B C D E) |
| 08 - (A B C D E) | 28 - (A B C D E) | 48 - (A B C D E) | 68 - (A B C D E) | 88 - (A B C D E) |
| 09 - (A B C D E) | 29 - (A B C D E) | 49 - (A B C D E) | 69 - (A B C D E) | 89 - (A B C D E) |
| 10 - (A B C D E) | 30 - (A B C D E) | 50 - (A B C D E) | 70 - (A B C D E) | 90 - (A B C D E) |
| 11 - (A B C D E) | 31 - (A B C D E) | 51 - (A B C D E) | 71 - (A B C D E) | 91 - (A B C D E) |
| 12 - (A B C D E) | 32 - (A B C D E) | 52 - (A B C D E) | 72 - (A B C D E) | 92 - (A B C D E) |
| 13 - (A B C D E) | 33 - (A B C D E) | 53 - (A B C D E) | 73 - (A B C D E) | 93 - (A B C D E) |
| 14 - (A B C D E) | 34 - (A B C D E) | 54 - (A B C D E) | 74 - (A B C D E) | 94 - (A B C D E) |
| 15 - (A B C D E) | 35 - (A B C D E) | 55 - (A B C D E) | 75 - (A B C D E) | 95 - (A B C D E) |
| 16 - (A B C D E) | 36 - (A B C D E) | 56 - (A B C D E) | 76 - (A B C D E) | 96 - (A B C D E) |
| 17 - (A B C D E) | 37 - (A B C D E) | 57 - (A B C D E) | 77 - (A B C D E) | 97 - (A B C D E) |
| 18 - (A B C D E) | 38 - (A B C D E) | 58 - (A B C D E) | 78 - (A B C D E) | 98 - (A B C D E) |
| 19 - (A B C D E) | 39 - (A B C D E) | 59 - (A B C D E) | 79 - (A B C D E) | 99 - (A B C D E) |
| 20 - (A B C D E) | 40 - (A B C D E) | 60 - (A B C D E) | 80 - (A B C D E) | 100 - (A B C D E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/qcPt>

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS***Felipe Luccas***Texto base para as questões de 1 a 6.****Canetas emagrecedoras podem ser eficazes se usadas com indicação correta e acompanhamento médico**

Marcio Corrêa Mancini comenta alerta de uma agência do Reino Unido, que associou casos de pancreatite aguda ao uso de canetas emagrecedoras, o que ocorreu também no Brasil

Uma agência reguladora do Reino Unido divulgou um alerta para pancreatite aguda como causa de mortes associadas a canetas emagrecedoras. Além disso, no Brasil, dados da Anvisa, que corroboram com o alerta, mostram mais de 200 casos suspeitos de pancreatite ligados a medicamentos usados para diabetes e obesidade. Especialistas alertam para uso sem indicação e acompanhamento desse método de tratamento.

Marcio Corrêa Mancini, médico e chefe do Grupo de Obesidade do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, ressalta as preocupações em torno da utilização das canetas emagrecedoras. “Esses medicamentos estão no mercado há quase 20 anos, e a cada ano que passa evoluem sua eficácia e comodidade posológica. Durante esse período, cerca de um milhão e meio de pessoas utilizaram esse tratamento no Reino Unido e foram relatados 19 casos de pancreatite, de acordo com os dados dessa agência.”

“Isso quer dizer que as pessoas precisam ficar alertas: esses medicamentos devem ser utilizados com acompanhamento médico e indicação adequada. Não se deve recorrer a fontes não confiáveis para sua aquisição, pois os principais riscos atualmente enfrentados estão na compra de produtos geralmente manipulados ou contrabandeados, bem como na aplicação realizada na própria clínica, o que é algo completamente irregular”, acrescenta o especialista.

Adaptado de: Jornal da USP. Canetas emagrecedoras podem ser eficazes se usadas com indicação correta e acompanhamento médico. 23 fev. 2026.
Disponível em: jornal.usp.br.

1. Com base nas informações contidas no texto, é correto afirmar que

- a) os casos de pancreatite registrados no Reino Unido reforçam preocupações quanto à segurança das canetas emagrecedoras, sugerindo a necessidade de reavaliação dos critérios de aprovação desses medicamentos.
- b) o especialista orienta a aplicação das canetas em clínicas especializadas por garantir maior segurança aos usuários.
- c) o alerta da agência reguladora do Reino Unido, reforçado por dados da Anvisa no Brasil, implica a retirada dos medicamentos do mercado.
- d) o histórico de uso desses medicamentos ao longo de quase 20 anos, aliado à evolução de sua formulação, não prescinde da necessidade de indicação adequada e acompanhamento médico.
- e) a principal preocupação do especialista recai sobre a eficácia limitada das canetas emagrecedoras, que, apesar de recentes, ainda não demonstraram segurança consolidada

2. Sobre o trecho “Esses medicamentos estão no mercado há quase 20 anos [...]. Durante esse período, cerca de um milhão e meio de pessoas utilizaram esse tratamento no Reino Unido e foram relatados 19 casos de pancreatite, de acordo com os dados dessa agência.” é correto afirmar que

- a) o constituinte “19 casos de pancreatite” completa o sentido da locução “foram relatados”.
- b) ocorre uma relação de concordância entre o constituinte “um milhão” e o verbo “utilizaram”.
- c) o sujeito simples estabelece relação de concordância com a forma verbal “estão”.
- d) a locução “durante esse período” poderia ter sua ordem modificada para o final do período, o que provocaria uma mudança de sentido.
- e) o sujeito indeterminado estabelece relação de concordância com a forma verbal “há” presente na locução “há quase vinte anos”.

3. Em “Além disso, no Brasil, dados da Anvisa, que corroboram com o alerta, mostram mais de 200 casos suspeitos de pancreatite ligados a medicamentos usados para diabetes e obesidade”, o termo em destaque indica “finalidade”, tal como em:

- a) Profissionais da saúde encaminharam os casos suspeitos para a Anvisa a fim de registrar efeitos adversos.
- b) O uso indiscriminado só para quando há orientação médica adequada.
- c) O especialista afirmou que a discussão sobre novas normas ficará para depois da análise técnica.
- d) A agência reguladora divulgou o alerta para orientar a população sobre os riscos da pancreatite aguda.
- e) Algumas pessoas recorreram para o mercado paralelo a fim de adquirir o medicamento sem prescrição.

4. No trecho “Marcio Corrêa Mancini comenta alerta de uma agência do Reino Unido, que associou casos de pancreatite aguda ao uso de canetas emagrecedoras [...]”, o vocábulo em destaque funciona como

- a) uma conjunção que liga o termo “agência do Reino Unido” à sua especificação.
- b) uma partícula de realce, empregada para determinar o termo anterior.
- c) uma preposição, que introduz uma restrição ou especificação relativa ao termo “agência do Reino Unido”.
- d) um pronome, que retoma “agência do Reino Unido” e acrescenta informação de caráter explicativo.
- e) uma conjunção subordinativa, que introduz um complemento à oração principal

5. No trecho “Não se deve recorrer a fontes não confiáveis para sua aquisição, [...]”, sobre as características e o emprego do elemento sublinhado, é correto afirmar que

- a) corresponde a um vocábulo que indica condição necessária para a realização da ação verbal expressa na oração.
- b) deveria ocorrer imediatamente após o verbo auxiliar, em conformidade com as regras de colocação pronominal.
- c) faz referência ao sujeito da oração, indicando que ele pratica e recebe a ação verbal simultaneamente.
- d) integra construção em que o sujeito não se encontra expresso na oração.
- e) sinaliza elemento responsável pela formação da voz passiva sintética na oração

6. Sobre a sentença “Os maiores riscos que são enfrentados atualmente são a compra dos medicamentos de fontes não confiáveis”, é correto afirmar que

- a) o segmento “que são enfrentados atualmente” exerce função de complemento nominal do substantivo “riscos”.
- b) o termo “maiores” exerce função de predicativo do sujeito.
- c) o verbo “são”, na segunda ocorrência, funciona como verbo de ligação, conectando o sujeito ao seu predicativo.
- d) a expressão “de fontes não confiáveis” exerce função de adjunto adverbial.
- e) o sujeito da forma verbal “são enfrentados” é indeterminado

Texto base para as questões de 7 a 9



Saúde Aracaju. Disponível em:
https://www.instagram.com/p/DTdkKbKDv3B/?img_index=2. 13 de janeiro
de 2026.

7. O texto, relativo à postagem feita no Instagram, tem como foco

- a) reforçar a importância da vigilância sanitária no controle da circulação de medicamentos sujeitos à falsificação.
- b) conscientizar a população sobre os riscos envolvidos na aquisição irregular do medicamento, no contexto de ações de fiscalização intensificadas.
- c) divulgar medidas administrativas adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde para coibir práticas comerciais ilícitas.
- d) apresentar informações institucionais acerca do medicamento e de sua indicação terapêutica.
- e) orientar comerciantes e distribuidores quanto às consequências legais da venda irregular do produto

8. As palavras “comércio” e “saúde” são acentuadas pelo mesmo motivo que:

- a) cenário e médio.
- b) rápido e também.
- c) início e caótico.
- d) tecnologia e cafeína.
- e) barbárie e ruído

9. A partir da interpretação do contexto em que se inscreve o vocábulo grifado em “fiscalização contra o comércio ilegal do Mounjaro”, a alternativa em que consta uma expressão semanticamente antônima ao referido vocábulo é

- a) vendido sem orientação profissional.
- b) feito com acompanhamento médico.
- c) feito sem controle adequado.
- d) autorizado pelas autoridades competentes.
- e) realizado sem a devida regularização

Texto base para as questões de 10 a 15.

O desafio da comunicação científica na era digital

As redes sociais digitais se consolidaram como o principal espaço de promoção e normalização do uso irregular de medicamentos para emagrecimento. Em vídeos virais, posts patrocinados e anúncios disfarçados de orientação médica, esses produtos são apresentados como soluções rápidas e milagrosas, muitas vezes sem qualquer respaldo técnico-científico.

O consumo desses medicamentos não aprovados fora dos canais regulados representa um risco concreto à saúde pública. Torna-se difícil identificar sua origem, monitorar efeitos adversos e adotar medidas regulatórias eficazes. Na prática, a circulação irregular compromete os sistemas de farmacovigilância, sobrecarrega o Sistema Único de Saúde (SUS) e amplia a exposição da população a danos evitáveis.

Adaptado de: Nexo Jornal. Os riscos do comércio ilegal de canetas emagrecedoras.

23 jan. 2026. Disponível em: nexojornal.com.br

10. Em “O consumo desses medicamentos não aprovados fora dos canais regulados representa um risco concreto à saúde pública e compromete os sistemas de farmacovigilância.”, quanto à regência, observa-se um:

- a) correto emprego da preposição “a”, em “à saúde pública”, exigida pelo nome “risco”.
- b) desvio de regência nominal, pois o substantivo “risco” exige a preposição “para”, e não “a”.
- c) desvio de regência verbal, já que o verbo “comprometer” exige complemento introduzido pela preposição “com”.
- d) desvio de regência verbal, uma vez que o verbo “representar”, quando indica consequência ou resultado, rege complemento introduzido pela preposição “em”.
- e) desvio de regência nominal, uma vez que o termo “farmacovigilância” deveria ser introduzido pela preposição “da”

11. A construção sublinhada no trecho “Torna-se difícil identificar sua origem, monitorar efeitos adversos e adotar medidas regulatórias eficazes.” se refere

- a) ao risco concreto à saúde pública.
- b) aos medicamentos não aprovados fora dos canais regulados.
- c) aos efeitos adversos.
- d) ao consumo desses medicamentos.
- e) aos vídeos virais, posts patrocinados e anúncios

12. No trecho “Na prática, a circulação irregular compromete os sistemas de farmacovigilância, sobrecarrega o Sistema Único de Saúde [...]”, a classe de palavra e o processo de formação do termo sublinhado são, respectivamente:

- a) adjetivo e derivação prefixal.
- b) substantivo e composição por aglutinação.
- c) adjetivo e derivação sufixal.
- d) advérbio e parassíntese.
- e) substantivo e composição por justaposição

13. Em “O desafio da comunicação científica na era digital”, o trecho sublinhado apresenta primordialmente um valor

- a) temporal, indicando o espaço virtual em que o desafio da comunicação científica acontece.
- b) locativo, pois a preposição “em”, presente em “na”, sugere circunstância espacial.
- c) temporal, marcado linguisticamente pelo substantivo “era” e pelo adjetivo “digital”.
- d) locativo, caracterizado pelo uso da preposição “em” com referência temporal.
- e) locativo e temporal, já que a preposição sugere lugar e “era digital” remete a tempo histórico

14. Em “O consumo desses medicamentos não aprovados fora dos canais regulados representa um risco concreto à saúde pública e torna difícil identificar sua origem, monitorar efeitos adversos e adotar medidas regulatórias eficazes”, o vocábulo sublinhado concorda com:

- a) “efeitos adversos e medidas regulatórias eficazes”.
- b) “risco concreto à saúde pública”.
- c) “consumo desses medicamentos não aprovados fora dos canais regulados”.
- d) “sua origem e monitorar efeitos adversos”.
- e) “identificar sua origem”

15. O uso da crase no trecho “um risco concreto à saúde pública” se justifica pela mesma regra utilizada em

- a) O atendimento foi direcionado à população idosa.
- b) Chegamos à noite para a reunião.
- c) Ele saiu às pressas do local.
- d) Referiu-se àquela pesquisa recente.
- e) A reunião ocorrerá às 14h

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

16. Considere a proposição a seguir proferida por um confeitoiro:

"O bolo não está assado e a cobertura está pronta".

A negação lógica da proposição acima é dada por:

- a) O bolo está assado e a cobertura está pronta.
- b) O bolo está assado ou a cobertura não está pronta.
- c) O bolo está assado ou a cobertura está pronta.
- d) O bolo não está assado ou a cobertura está pronta.
- e) O bolo está assado e a cobertura não está pronta.

17. Se todo programador é também funcionário do setor de TI e todo segurança não é funcionário do setor de TI, então é verdade que:

- a) algum programador é segurança.
- b) algum funcionário do setor de TI é segurança.
- c) nenhum programador é segurança.
- d) nenhum funcionário do setor de TI é programador.
- e) nenhum programador é funcionário do setor de TI.

18. Três amigos, Lucas, Marcos e Bruno, inscreveram-se para fazer o concurso da SEFA PA. Cada um optou por um cargo: um por Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, outro por Fiscal de Receitas Estaduais e o outro por Analista Fazendário. Sabe-se que:

- Ou Marcos ou Bruno optou por Auditor Fiscal de Receitas Estaduais.
- Ou Lucas optou por Analista Fazendário ou Marcos optou por Auditor Fiscal de Receitas Estaduais.
- Ou Bruno ou Marcos optou por Analista Fazendário.
- Ou Lucas ou Bruno optou por Fiscal de Receitas Estaduais.

Logo, as opções de Lucas, Marcos e Bruno, foram, respectivamente:

- a) Fiscal de Receitas Estaduais, Analista Fazendário e Auditor Fiscal de Receitas Estaduais.
- b) Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, Fiscal de Receitas Estaduais e Analista Fazendário.
- c) Analista Fazendário, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais e Fiscal de Receitas Estaduais.
- d) Fiscal de Receitas Estaduais, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais e Analista Fazendário.
- e) Analista Fazendário, Fiscal de Receitas Estaduais e Auditor Fiscal de Receitas Estaduais.

19. A produção diária de uma fábrica de peças é dividida em 4 lotes. Em geral, cada um desses 4 lotes produz 2.000 peças. No entanto, para testar um novo maquinário, em determinado dia a produção foi alterada de modo que, a partir do 2º lote, a fábrica produziu 10% a mais do que havia produzido no lote anterior. Desta maneira, em relação à produção usual, o total de peças produzidas neste dia, também realizado em 4 lotes, corresponde a um acréscimo de, aproximadamente:

- a) 30%.
- b) 16%.
- c) 12%.
- d) 10%.
- e) 18%.

20. Em um programa de auditório, um participante gira duas roletas independentes. Cada roleta é dividida em 6 setores iguais, numerados de 1 a 6. A probabilidade de que o produto dos dois números obtidos nas roletas seja maior do que 12 é:

- a) $\frac{13}{36}$
- b) $\frac{5}{12}$
- c) $\frac{2}{3}$
- d) $\frac{1}{3}$
- e) $\frac{1}{2}$

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Rodrigo Rennó*

21. O conceito de "Governo Catalisador" sugere que o Estado deve:

- a) Executar todas as tarefas sociais.
- b) Limitar-se a decidir e a dirigir, deixando o "fazer" para outrem.
- c) Substituir a iniciativa privada em setores lucrativos.
- d) Criar empresas estatais para cada novo problema social.
- e) Ignorar as avaliações da sociedade civil.

22. Uma diferença fundamental entre o governo burocrático tradicional e o governo empreendedor reside na forma como o controle é exercido e orientado. No modelo empreendedor, o controle foca primordialmente:

- a) Nas missões, nas metas e nos objetivos organizacionais, em vez do controle rígido de meios.
- b) Na conformidade às rubricas orçamentárias e ao controle de custos unitários.
- c) No cumprimento estrito das normas de licitação, ignorando o resultado final.
- d) Na centralização das decisões no núcleo estratégico para evitar desvios.
- e) No isolamento do servidor público em relação às demandas do "cidadão-cliente".

23. O controle social, pilar da democracia participativa, não se limita à mera consulta, mas se consolida como um mecanismo em que a sociedade civil atua na fiscalização da coisa pública. Segundo a doutrina e as diretrizes de transparência, esse controle é tecnicamente definido como:

- a) A fiscalização hierárquica exercida pelos órgãos de controle interno sobre os agentes de ponta.
- b) A participação ativa da sociedade na verificação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas e das decisões de governo.
- c) O julgamento das contas anuais dos prefeitos realizado exclusivamente pelas Câmaras Municipais.
- d) A regulação estatal sobre as atividades das organizações não governamentais (ONGs) que recebem recursos públicos.
- e) O voto obrigatório, que transfere integralmente a responsabilidade da gestão ao representante eleito.

ÉTICA*Tiago Zanolla*

24. Renata, servidora nomeada para o cargo de Auditora Fiscal de Receitas Estaduais da SEFA-PA, tomou posse regularmente, mas deixou transcorrer o prazo de quinze dias sem entrar em exercício. A Administração, reconhecendo necessidade comprovada para o preenchimento de requisitos para posse, concedeu prorrogação de quinze dias. Findo esse novo prazo, Renata permaneceu inerte. Apurou-se, ainda, que em período anterior ela havia sido autorizada a afastar-se do Estado para estudo de interesse do serviço público, com ônus para os cofres estaduais, pelo período de doze meses, sem ter cumprido a obrigação subsequente prevista em lei. Considerando exclusivamente a sistemática da Lei nº 5.810/1994, é correto afirmar que:

- a) A prorrogação do prazo de entrada em exercício pode ser reiterada pela Administração sempre que persistam as necessidades comprovadas que a fundamentaram originalmente.
- b) A exoneração de Renata é medida impositiva após o esgotamento dos prazos legais, e a obrigação de prestar serviço equivalente ao período de afastamento custeado pelo Estado subsiste independentemente da exoneração.
- c) Compete exclusivamente ao titular do órgão para o qual Renata foi nomeada deliberar sobre a prorrogação do prazo de exercício, sendo vedado que esse juízo seja exercido por autoridade diversa.
- d) O descumprimento do prazo de entrada em exercício, mesmo após a prorrogação, não autoriza a exoneração imediata, dependendo de instauração de processo administrativo disciplinar para apuração da falta.
- e) A obrigação de prestar serviço ao Estado pelo período equivalente ao afastamento extingue-se automaticamente caso Renata seja desvinculada do cargo antes de seu cumprimento.

25. Fernanda, Auditora Fiscal da SEFA-PA, cumpre jornada de 8 horas diárias e acumula legalmente outro cargo público, também com jornada de 8 horas diárias. Tanto ela quanto seu cônjuge Rodrigo, igualmente servidor efetivo estadual com jornada de 6 horas diárias, possuem sob seus cuidados o mesmo filho com deficiência. Ambos requereram, simultaneamente, a concessão de horário especial com redução de carga horária: Fernanda pleiteou a redução de 1 hora diária em cada um de seus dois cargos; Rodrigo, a redução de 1 hora no seu único cargo. Considerando exclusivamente a sistemática dos artigos 66-A a 66-F da Lei nº 5.810/1994, é correto afirmar que:

- a) Rodrigo não faz jus ao horário especial, pois a carga horária mínima de 6 horas diárias exigida deve ser interpretada como limite inferior exclusivo, não alcançando quem cumpre exatamente essa jornada.
- b) Fernanda poderá obter a redução de 1 hora diária em cada um de seus dois cargos, dado que a restrição legal se dirige à modalidade de alternância entre servidores, e não ao servidor que acumula cargos.
- c) Rodrigo e Fernanda poderão receber simultaneamente o horário especial, desde que as reduções sejam escalonadas de modo a não superar, em conjunto, 1 hora diária total de assistência à pessoa com deficiência.
- d) A avaliação pela junta oficial multiprofissional poderá ser dispensada se os documentos do pedido forem instruídos com laudo de médico especialista reconhecido, com referência expressa à impossibilidade de realização da reabilitação em outro horário.
- e) Fernanda poderá obter a redução em apenas um dos seus dois cargos, e, em razão de ela e Rodrigo serem responsáveis pelo mesmo assistido, somente um deles terá direito ao horário especial, sendo admitida a alternância desde que periódica.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

26. Considerando os entendimentos doutrinários quanto ao desfazimento dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- a) A cassação revogatória representa forma de extinção de ato válido por razões de conveniência e oportunidade da Administração.
- b) Atos que integram procedimento em regra são passíveis de revogação, desde que sejam discricionários.
- c) Atos que possuem vício de finalidade podem ser convalidados.
- d) Um ato administrativo poderá caducar a partir da superveniência de legislação nova.
- e) A anulação realizada pela Administração Pública depende da provocação do interessado.

27. No que se refere à emissão da Certidão de Débitos Tributários (CDT), é correto afirmar que:

- a) caracteriza ato punitivo quando emitida como certidão positiva de débitos, exceto se possuir efeito de negativa.
- b) a Administração deverá comprovar sua validade perante o contribuinte como condição para viabilizar a produção de efeitos.
- c) é ato administrativo constitutivo.
- d) caracteriza ato administrativo negocial.
- e) é ato externo.

28. Um fiscal de tributos de determinada unidade da federação, na regular execução de fiscalização tributária, apreendeu mercadorias que se encontravam na posse de contribuinte em situação irregular. A ação do fiscal foi questionada judicialmente, ensejando a atuação da Procuradoria Pública.

É possível afirmar que a apreensão em epígrafe decorreu do:

- a) poder hierárquico.
- b) poder disciplinar.
- c) poder de polícia, revestindo-se do atributo da autoexecutoriedade.
- d) *jus puniendi* do Estado.
- e) poder de polícia, embora tal ato não seja autoexecutório.

29. Uma concessionária do serviço público de abastecimento de água, durante uma manutenção na rede causou danos a um particular não usuário do serviço, porém não possui meios para arcar com a indenização. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) Haverá responsabilidade subsidiária do Poder concedente.
- b) Não é possível a responsabilização da concessionária perante não usuários do serviço.
- c) A teoria da responsabilidade subjetiva é aplicável tanto perante usuários como não-usuários do serviço público, considerando-se que as concessionárias são empresas privadas que não integram o Poder Público.
- d) A responsabilidade da concessionária perante usuários é objetiva, mas subjetiva perante não-usuários do serviço público.
- e) Não haverá responsabilidade do Poder concedente, subsidiária ou solidária.

30. Considerando os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais a respeito da organização da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A imunidade tributária recíproca pode ser aplicada a empresas estatais prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
- b) É extensível às fundações instituídas e mantidas pelo poder público a vedação à instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços prestados por estas entidades.
- c) Apesar da inexistência de personalidade jurídica própria, excepcionalmente órgãos públicos podem possuir capacidade processual, independentemente de sua estatuta hierárquica.
- d) Para a desestatização de sociedade de economia mista, a jurisprudência admite autorização genérica em lei que veicule programa de desestatização.
- e) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) é a qualificação dada a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que se encontre em funcionamento regular há, no mínimo, 3 anos, a qual permite a celebração de termo de parceria.

NOÇÕES DE TI

Renato da Costa

31. No contexto da gestão e análise de dados, é comum distinguir dados estruturados e dados não estruturados, considerando a forma como são organizados e armazenados. Em uma organização, diferentes tipos de informação podem ser produzidos diariamente, como tabelas cadastrais, mensagens de e-mail, imagens, planilhas e vídeos institucionais.

Assinale a alternativa que relaciona corretamente exemplos de dados estruturados e de dados não estruturados.

- a) Dados estruturados: tabelas de clientes em banco de dados e planilhas com campos definidos; dados não estruturados: imagens, vídeos e áudios.

- b) Dados estruturados: vídeos, fotografias e mensagens de voz; dados não estruturados: tabelas relacionais e registros cadastrais.
- c) Dados estruturados: e-mails, documentos em texto livre e postagens em redes sociais; dados não estruturados: planilhas com colunas padronizadas.
- d) Dados estruturados: arquivos PDF e imagens digitalizadas; dados não estruturados: tabelas com CPF, nome e data de nascimento.
- e) Dados estruturados: gravações de reuniões e arquivos de vídeo; dados não estruturados: bancos de dados com campos previamente definidos.

32. No campo do aprendizado de máquina, diferentes tarefas são utilizadas conforme o objetivo analítico pretendido. Em certos casos, deseja-se agrupar registros com características semelhantes, sem classes previamente definidas. Em outros, o objetivo é atribuir novos registros a categorias já conhecidas, com base em exemplos rotulados utilizados no treinamento do modelo.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A clusterização é uma tarefa típica de aprendizado supervisionado, enquanto a classificação é uma tarefa característica de aprendizado não supervisionado.
- b) A classificação e a clusterização são tarefas exclusivas do aprendizado por reforço, pois dependem de recompensas e penalidades durante o treinamento.
- c) A clusterização busca agrupar dados semelhantes sem rótulos prévios, enquanto a classificação atribui instâncias a classes previamente definidas, com base em dados rotulados.
- d) A clusterização e a classificação possuem exatamente a mesma finalidade, diferenciando-se apenas pelo volume de dados processados.
- e) A classificação é utilizada apenas para organizar dados em grupos desconhecidos, ao passo que a clusterização depende de categorias previamente rotuladas.

33. No Microsoft Excel, a função PROCV é amplamente utilizada para localizar um valor na primeira coluna de uma tabela e retornar uma informação correspondente em outra coluna da mesma linha. Para que a busca seja realizada corretamente, é necessário observar a sintaxe própria da função.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a sintaxe da função PROCV no Excel em português.

- a) =PROCV(valor_procurado; tabela_matriz; núm_índice_coluna; [procurar_intervalo])
- b) =PROCV(tabela_matriz; valor_procurado; núm_coluna; [intervalo])
- c) =PROCV(valor_procurado; núm_índice_coluna; tabela_matriz; procurar_intervalo)
- d) =PROCV(valor_procurado; tabela_matriz; [procurar_intervalo]; núm_índice_coluna)
- e) =PROCV(tabela_matriz; núm_índice_coluna; valor_procurado; [procurar_intervalo])

34. Em um banco de dados relacional, as chaves são utilizadas para garantir identificação única de registros e estabelecer relacionamentos entre tabelas. Considere uma base em que a tabela Clientes possui o campo id_cliente e a tabela Pedidos possui os campos id_pedido, data_pedido e id_cliente.

Assinale a alternativa correta.

- a) Na tabela Pedidos, o campo id_pedido é obrigatoriamente uma chave estrangeira, pois identifica cada pedido de forma única.
- b) Na tabela Clientes, o campo id_cliente pode atuar como chave primária, e na tabela Pedidos esse mesmo campo pode atuar como chave estrangeira para relacionar cada pedido ao respectivo cliente.
- c) A chave estrangeira é utilizada exclusivamente para impedir a repetição de valores em uma mesma tabela, sem estabelecer relacionamentos.
- d) A chave primária pode conter valores nulos e repetidos, desde que a tabela possua muitos registros.

e) Em bancos relacionais, chave primária e chave estrangeira possuem sempre a mesma função, mudando apenas o nome conforme a tabela.

35. No contexto de integração de dados, o processo de ETL é amplamente utilizado para preparar informações provenientes de diferentes sistemas antes de sua utilização em análises, relatórios e painéis gerenciais. Em uma organização, dados extraídos de sistemas distintos podem precisar ser padronizados, corrigidos e consolidados antes de serem armazenados em um repositório analítico.

Assinale a alternativa correta sobre o processo de ETL.

- a) No ETL, os dados são inicialmente carregados sem tratamento e somente depois transformados no ambiente de destino.
- b) No ETL, os dados são extraídos, transformados e carregados em um destino apropriado para análise.
- c) No ETL, a etapa de transformação consiste exclusivamente na criação de gráficos e dashboards para apoio à decisão.
- d) No ETL, a etapa de extração ocorre apenas após a definição dos indicadores estratégicos da organização.
- e) No ETL, a carga de dados tem como principal objetivo substituir a modelagem relacional por arquivos de texto simples.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

36. Sobre os conceitos de Constituição, assinale a alternativa correta.

- a) Para Carl Schmitt, Constituição corresponde à decisão política fundamental do Estado, não se confundindo com as leis constitucionais formalmente inseridas no texto.
- b) Para Hans Kelsen, a Constituição se identifica com a soma dos fatores reais de poder que regem a sociedade em determinado momento histórico.
- c) Para Ferdinand Lassalle, a Constituição válida é a norma pura, desvinculada de fatores políticos, sociais e econômicos.
- d) Para Konrad Hesse, a Constituição somente produz efeitos jurídicos quando reproduz integralmente a realidade do poder social.
- e) Para a concepção sociológica, a Constituição deve ser estudada exclusivamente como documento jurídico-formal, independentemente da vida política.

37. A respeito da classificação das constituições, assinale a alternativa correta.

- a) A Constituição material é definida exclusivamente pelo procedimento solene de elaboração e reforma.
- b) A Constituição formal corresponde apenas ao conjunto de normas que tratam da estrutura do Estado e dos direitos fundamentais.
- c) A rigidez constitucional afasta a possibilidade de controle de constitucionalidade, por presumir a supremacia do legislador.
- d) A Constituição formal é definida pelo modo de positivação das normas, alcançando dispositivos inseridos no texto constitucional, ainda que sem conteúdo materialmente constitucional.
- e) A Constituição dirigente é aquela que se limita a organizar poderes, sem estabelecer fins ou

programas a serem perseguidos pelo Estado, não tendo conteúdo materialmente constitucional.

38. No tocante ao poder constituinte, assinale a alternativa correta.

- a) O poder constituinte derivado revisor pode ser exercido a qualquer tempo, sempre que o Congresso Nacional entender conveniente.
- b) O poder constituinte decorrente é manifestação do poder originário e, por isso, não se sujeita às limitações impostas pela CF/1988.
- c) O poder constituinte decorrente é espécie de poder derivado, exercido pelos Estados na elaboração de suas constituições, limitado pela CF/1988 e pelo princípio da simetria.
- d) Os Municípios exercem poder constituinte decorrente ao elaborar suas constituições municipais.
- e) O poder constituinte originário é juridicamente subordinado à ordem constitucional anterior, da qual extrai validade.

39. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) A lei editada em momento histórico anterior à atual CF/1988 e que se mostre materialmente incompatível com seus novos preceitos configura, segundo a firme jurisprudência, um caso típico de inconstitucionalidade superveniente.
- b) A inconstitucionalidade formal decorre apenas de vício de iniciativa, jamais de desrespeito a quórum ou procedimento.
- c) A cláusula de reserva de plenário aplica-se indistintamente a juiz singular, órgão fracionário e tribunal pleno.
- d) Lei municipal pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, em face da CF/1988.
- e) O órgão fracionário do tribunal não submeterá a arguição de inconstitucionalidade ao plenário ou órgão especial quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do STF sobre a questão.

40. Sobre o mandado de injunção, assinale a alternativa correta.

- a) Destina-se a tornar viável o exercício de direito, liberdade ou prerrogativa constitucional inviabilizada por falta de norma regulamentadora.
- b) Exige sempre a demonstração de ato comissivo e concreto da autoridade coatora, com prova exclusivamente documental.
- c) É cabível apenas em favor de pessoa natural, não admitindo impetração coletiva.
- d) Tem por objeto a proteção de direito líquido e certo contra ilegalidade ou abuso de poder.
- e) Uma vez reconhecida a omissão normativa, o Judiciário limita-se a comunicá-la ao órgão competente, sem adotar providência concretizadora.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

41. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) É legítima a criação, por parte dos Estados e do DF, de taxa de combate a incêndios, tendo em vista tal atividade ser desempenhada pelo Corpo de Bombeiros Militar, no âmbito da Segurança Pública, que é exercida pelos Estados e DF.
- II-) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- III-) É legítima a utilização de meios indiretos de coerção ao pagamento de anuidades dos conselhos profissionais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I, II e III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) III.

42. A União alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a União realiza suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedida aos Entes Federados.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a União é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a União, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a União não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido, e o particular, na figura de responsável tributário, deve efetuar o pagamento.

43. Em relação à moratória, conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) Salvo disposição em contrário, a moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.
- b) A moratória de caráter geral será concedida por despacho da autoridade administrativa, e desde que autorizada por lei ou decreto, expedido pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira.
- c) A concessão da moratória em caráter geral não gera direito adquirido ao sujeito passivo.
- d) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- e) A moratória exclui a exigibilidade do crédito tributário, mas não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias relacionadas com o tributo.

44. Conforme prevê a Constituição Federal, o Imposto sobre Bens e Serviços:

- a) Poderá ser objeto de concessão pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação.
- b) Lei complementar fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.
- c) Lei complementar poderá definir como sujeito passivo do imposto a pessoa que concorrer para a realização, a execução ou o pagamento da operação, ainda que residente ou domiciliada no exterior.
- d) Será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação.
- e) Sempre terá seu valor informado, de forma específica, no respectivo documento fiscal.

45. Conforme dispõe a Constituição Federal, o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços

- I-) entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.
- II-) será financiado por percentual do produto da arrecadação do imposto destinado a cada ente federativo.
- III-) terá o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, apenas
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

CONTABILIDADE GERAL

Júlio Cardozo

46. De acordo com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, os elementos das demonstrações contábeis relacionados à posição financeira da entidade são ativos, passivos e patrimônio líquido.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a definição de patrimônio líquido, conforme o CPC 00 (R2).

- a) Um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.
- b) Uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.
- c) A participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.
- d) O conjunto de receitas obtidas pela entidade em determinado período.
- e) O valor total das contribuições feitas pelos proprietários da entidade.

47. Considere a seguinte relação de contas extraída de um balancete de verificação:

Conta	Valor (R\$)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	150.000
Caixa	40.000
Clientes	120.000
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.000
Estoques de mercadorias	300.000
Despesas antecipadas de aluguel	30.000
Máquinas e equipamentos	500.000
Depreciação acumulada	50.000
Participações permanentes em outras empresas	200.000
Empréstimos concedidos a coligadas para resgate em 30 dias (CP)	180.000
Despesas administrativas	25.000
Fornecedores	60.000
Custo das mercadorias vendidas	90.000

Considere ainda que as contas relacionadas ao negócio principal da empresa são de curto prazo.

Com base nessas informações, os ativos circulante e não circulante totalizam, respectivamente:

- a) R\$ 630.000 e R\$ 830.000.
- b) R\$ 650.000 e R\$ 830.000.
- c) R\$ 640.000 e R\$ 850.000.
- d) R\$ 810.000 e R\$ 650.000.
- e) R\$ 640.000 e R\$ 830.000.

48. A empresa Santarém Comércio Ltda., sediada no Estado do Pará, adquiriu à vista mercadorias para revenda no valor de R\$ 320.000,00 (valor líquido de tributos), obtendo um desconto comercial de R\$ 16.000,00 em função do volume da compra.

Além disso, incorreu nos seguintes gastos, pagos separadamente:

- Imposto de importação no valor de R\$ 18.000,00.
- Gasto com transporte das mercadorias até o estabelecimento no valor de R\$ 10.000,00.
- Gastos com seguros no transporte das mercadorias no valor de R\$ 4.000,00.

- IPI não recuperável no valor de R\$ 7.000,00.
- ICMS recuperável no valor de R\$ 12.000,00.

De acordo com o CPC 16 – Estoques, o valor atribuído ao estoque das mercadorias adquiridas pela empresa Santarém Comércio Ltda. foi, em reais,

- a) R\$ 343.000,00
- b) R\$ 355.000,00
- c) R\$ 331.000,00
- d) R\$ 347.000,00
- e) R\$ 359.000,00

49. O contador da companhia Altamira Equipamentos S/A iniciou o processo de revisão do ativo imobilizado da empresa para determinar o valor contábil de seus bens. Para isso, iniciou o cálculo da depreciação da máquina Alfa, que apresentava as seguintes informações:

- Adquirida em 01/04/2022 pelo valor de R\$ 120.000,00.
- Disponível para uso em 30/06/2022.
- Vida útil estimada em 10 anos.
- Valor residual estimado em R\$ 12.000,00.

Com base nessas informações, o valor contábil da máquina em 31/12/2022 é:

- a) R\$ 112.800,00
- b) R\$ 113.700,00
- c) R\$ 111.000,00
- d) R\$ 108.000,00
- e) R\$ 114.600,00

50. Considere as informações extraídas da contabilidade da empresa Itaituba Comercial Ltda., referentes ao exercício de 2026:

Conta	Valor (R\$)
Vendas Brutas de Mercadorias	180.000
Devoluções de vendas	5.400
Abatimentos sobre vendas	3.600
Impostos sobre vendas – 20%	36.000
Comissão de vendas – 5% sobre vendas brutas	9.000
Frete sobre vendas	4.500
Estoque inicial de mercadorias	70.000
Compras líquidas	90.000
Estoque final de mercadorias	60.000
Despesas administrativas	20.000
Descontos financeiros concedidos	2.000

O lucro bruto apurado no período foi, em reais, de:

- a) 35.000
- b) 76.000
- c) 81.400
- d) 94.000
- e) 49.500

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO TRIBUTÁRIO II

Fábio Dutra

51. Sobre as regras de interpretação da legislação tributária sancionadora e sobre outorga de benefícios fiscais, nos termos do Código Tributário Nacional, é incorreto afirmar:

- a) A legislação tributária que dispõe sobre suspensão do crédito tributário interpreta-se literalmente.
- b) A lei que define infrações tributárias interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato.

c) Em caso de dúvida quanto à natureza da penalidade aplicável, deve-se interpretar a lei de forma mais favorável ao acusado.

d) A dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias prevista em lei deve ser interpretada de forma ampliativa, para facilitar o cumprimento das obrigações pelo contribuinte.

e) A legislação tributária que trata de exclusão do crédito tributário submete-se à interpretação literal

52. Sobre as diferenças entre obrigação principal e obrigação acessória, conforme o Código Tributário Nacional, é incorreto afirmar:

a) A obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, enquanto a obrigação acessória tem por objeto prestações positivas ou negativas previstas na legislação tributária.

b) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

c) A obrigação acessória decorre da legislação tributária no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

d) O fato gerador da obrigação principal é sempre idêntico ao fato gerador da obrigação acessória, pois ambas decorrem da mesma situação jurídica ou de fato.

e) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária

53. Analise as seguintes afirmações sobre espécies tributárias:

- I. A natureza jurídica específica do tributo é determinada não apenas, mas considerando a denominação que lhe é atribuída pela lei instituidora e pela destinação legal do produto de sua arrecadação.
- II. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- III. As taxas não podem ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III

54. Considerando os princípios constitucionais tributários, analise os itens a seguir:

- I. O princípio da uniformidade geográfica da tributação veda à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
- II. O princípio da vedação às isenções heterônomas proíbe a União de instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- III. É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino, desde que haja previsão em lei complementar.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III

55. Sobre a competência tributária no que se refere às espécies tributárias previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir empréstimos compulsórios, no âmbito de suas respectivas atribuições, para atender a despesas extraordinárias.
- b) A União pode instituir empréstimos compulsórios mediante lei complementar para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, bem como no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- c) Os empréstimos compulsórios instituídos pela União para atender a investimento público de caráter urgente estão dispensados da observância do princípio da anterioridade anual.
- d) A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório pode ser livremente destinada a qualquer finalidade pública, independentemente da despesa que fundamentou sua instituição.
- e) Os empréstimos compulsórios podem ser instituídos mediante lei ordinária federal, desde que observado o princípio da anterioridade nonagesimal

56. Marque a alternativa que contenha apenas hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- a) Moratória, compensação e parcelamento.
- b) Depósito do montante integral, reclamações administrativas e remissão.
- c) Parcelamento, moratória e concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- d) Isenção, anistia e pagamento.
- e) Transação, prescrição e decisão judicial passada em julgado

57. Acerca do domicílio tributário, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça e disposições do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço, conforme jurisprudência do STJ.
- b) Caracteriza cerceamento de defesa do sujeito passivo a notificação fiscal enviada para endereço diferente do domicílio tributário, quando este é do conhecimento do Fisco.
- c) O domicílio tributário do sujeito passivo é definido por eleição.
- d) Na falta de eleição de domicílio tributário e sendo incerta ou desconhecida a residência habitual da pessoa natural, considera-se domicílio o centro habitual de sua atividade.
- e) Quanto às pessoas jurídicas de direito público, considera-se domicílio tributário exclusivamente a repartição central do ente federativo, não sendo admitida a eleição de qualquer outra repartição

58. Um Município pretende cobrar IPTU sobre imóvel de propriedade de uma instituição de educação sem fins lucrativos. O imóvel encontra-se alugado a empresa privada e a renda obtida é integralmente aplicada nas atividades educacionais da entidade. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) O IPTU pode ser cobrado, pois a imunidade exige o uso direto do imóvel pela entidade nas suas atividades essenciais.

b) O IPTU não pode ser cobrado, pois o imóvel permanece imune ainda quando alugado a terceiros, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais a entidade foi constituída.

c) O IPTU pode ser cobrado normalmente, pois a imunidade não alcança imóveis alugados a terceiros.

d) O IPTU não pode ser cobrado apenas se o locatário também for entidade imune.

e) O IPTU pode ser cobrado com redução de 50% da alíquota em razão da destinação educacional dos recursos

59. Analise a situação hipotética: A empresa Construções Ltda. adquiriu a totalidade do fundo de comércio da empresa Materiais de Construção S.A. em janeiro de 2025 e continuou a exploração da mesma atividade, mantendo a mesma clientela e o mesmo ponto comercial. Após a alienação, a empresa Materiais de Construção S.A. prosseguiu na exploração de atividade no ramo de construção civil, inaugurando novo estabelecimento em março de 2025. A Fazenda Municipal cobra da empresa Construções Ltda. débitos de ISS da empresa Materiais de Construção S.A., cujos fatos geradores ocorreram antes da alienação do fundo de comércio. Nos termos do art. 133 do CTN, é correto afirmar que a Construções Ltda.:

a) Não responde pelos débitos de ISS, pois a responsabilidade é exclusiva da alienante que continuou em atividade.

b) Responde integralmente pelos débitos de ISS, tendo em vista a continuação da exploração da atividade.

c) Responde subsidiariamente com a alienante pelos débitos de ISS, pois esta prosseguiu na exploração de atividade no mesmo ramo.

d) Responde apenas se houver cláusula expressa no contrato de alienação do fundo de comércio.

e) Responde integralmente pelos débitos de ISS somente se a alienante cessar suas atividades dentro de 6 meses

60. Sobre a base de cálculo do IBS e da CBS, de acordo com a LC 214/2025, assinale a alternativa correta:

- a) A base de cálculo do IBS e da CBS é sempre o valor da operação, sem qualquer exceção prevista na legislação.
- b) Integram a base de cálculo do IBS e da CBS os descontos incondicionais concedidos pelo fornecedor ao adquirente.
- c) O montante do IBS e da CBS incidentes sobre a operação integra a base de cálculo desses tributos.
- d) Os reembolsos ou ressarcimentos recebidos por valores pagos relativos a operações por conta e ordem de terceiros não integram a base de cálculo, desde que a documentação fiscal seja emitida em nome do terceiro.
- e) Os tributos e preços públicos incidentes sobre a operação ou suportados pelo fornecedor nunca integram a base de cálculo do IBS e da CBS

61. Considerando as modalidades de lançamento previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- a) O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro quando um ou outro presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato indispensáveis à sua efetivação, sendo vedada qualquer retificação pelo declarante após a prestação das informações.
- b) A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou excluir tributo, é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, mesmo após notificado o lançamento.
- c) O lançamento por homologação ocorre quando a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, operando-se pelo ato em que a autoridade homologa expressamente a atividade do obrigado.
- d) No lançamento por homologação, o pagamento antecipado pelo obrigado extingue o crédito assim

como o pagamento realizado pelo contribuinte em um tributo lançado de ofício.

- e) Se a lei não fixar prazo para a homologação do lançamento, será ele de dez anos, a contar da ocorrência do fato gerador, considerando-se homologado o lançamento após esse prazo sem manifestação da Fazenda Pública

62. Analise os itens abaixo sobre o Comitê Gestor do IBS, previsto na CF/88 e na LC 214/25, e, ao final, assinale a alternativa que indica os itens corretos:

- I. O Comitê Gestor do IBS é responsável por editar regulamento único do imposto e uniformizar a interpretação e a aplicação da sua legislação.
- II. Compete ao Comitê Gestor do IBS arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre os Estados, o DF e os Municípios.
- III. A distribuição do produto da arrecadação do IBS entre os entes federativos é realizada diretamente pela Receita Federal do Brasil, cabendo ao Comitê Gestor apenas a uniformização normativa.

- a) apenas I e II estão corretos.
- b) apenas I e III estão corretos.
- c) apenas II e III estão corretos.
- d) apenas I está correto.
- e) I, II e III estão corretos

63. Sobre as regras constitucionais e a jurisprudência relativas ao IPVA, é incorreto afirmar:

- a) O imposto é devido ao Estado do domicílio do proprietário do veículo, onde é licenciado e registrado.
- b) O IPVA é lançado de ofício.
- c) Os Estados-membros estão legitimados a ditar as normas gerais referentes ao IPVA.
- d) O IPVA incide sobre automóveis, aeronaves e embarcações.
- e) Embarcações e aeronaves sempre estão incluídas no campo de incidência do IPVA

64. Uma indústria de chocolates localizada em São Paulo vende produtos para um consumidor final localizado no Rio de Janeiro, que não é contribuinte do ICMS. A alíquota interna do ICMS em São Paulo é de 18%, a alíquota interestadual aplicável é de 12%, e a alíquota interna do Rio de Janeiro é de 20%.

Considerando as regras constitucionais sobre operações interestaduais e o diferencial de alíquotas (DIFAL), qual Estado terá direito a qual parcela do ICMS?

- a) São Paulo receberá 18% e o Rio de Janeiro não receberá nada.
- b) São Paulo receberá 12% e o Rio de Janeiro receberá 8%.
- c) São Paulo receberá 20% e o Rio de Janeiro não receberá nada.
- d) São Paulo e Rio de Janeiro receberão, cada um, 10% do valor da operação.
- e) O Rio de Janeiro receberá 20% e São Paulo não receberá nada

65. Acerca das matérias reservadas à lei complementar em relação ao ICMS, nos termos da CF/88, analise os itens:

- I. Cabe à lei complementar definir os contribuintes do ICMS.
- II. A disciplina do regime de compensação do ICMS, assegurando a não cumulatividade, é matéria reservada à lei complementar.
- III. A concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao ICMS pode ser feita unilateralmente por qualquer Estado, sem necessidade de deliberação dos demais entes, desde que autorizada por lei complementar federal.

Estão corretos apenas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.

d) I, II e III.

e) apenas III

66. Sobre a vigência das normas complementares tributárias, nos termos do CTN, assinale a alternativa correta.

- a) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor 30 dias após a data de sua publicação, salvo disposição em contrário.
- b) As decisões dos órgãos de jurisdição administrativa dotadas de eficácia normativa entram em vigor, quanto a seus efeitos normativos, na data de sua publicação.
- c) Os convênios celebrados entre os entes federativos em matéria tributária entram em vigor na data neles prevista.
- d) Todos os tipos de normas complementares seguem o mesmo prazo de vigência, entrando em vigor na data de sua publicação, salvo disposição em contrário.
- e) Os atos normativos administrativos e as decisões com eficácia normativa seguem o mesmo prazo, sendo ambos vigentes 30 dias após a respectiva publicação

67. Sobre a responsabilidade das plataformas digitais pelo pagamento do IBS e da CBS, de acordo com a LC 214/2025, marque V para verdadeiro ou F para falso:

- () As plataformas digitais domiciliadas no exterior não têm qualquer responsabilidade pelo pagamento do IBS e da CBS relativos às operações realizadas por seu intermédio.
- () As plataformas digitais são responsáveis solidariamente com o adquirente ou destinatário e em substituição ao fornecedor, caso este seja residente ou domiciliado no exterior.
- () A plataforma digital domiciliada no exterior não está obrigada a se inscrever no cadastro do IBS e da CBS no regime regular.

A sequência correta é:

- a) F, V, F.
- b) V, F, V.
- c) F, F, V.
- d) V, V, F.
- e) F, V, V

68. Conforme o art. 203 do Código Tributário Nacional, a omissão de quaisquer dos requisitos previstos no art. 202, ou o erro a eles relativo:

- a) São causas de nulidade insanável da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente.
- b) São causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula.
- c) Não afetam a validade da inscrição, desde que o erro seja meramente formal.
- d) São causas de nulidade apenas do processo de cobrança, não afetando a inscrição em dívida ativa.
- e) São causas de anulabilidade, que somente pode ser decretada por decisão judicial transitada em julgado

69. Sobre a redução das alíquotas do IBS e da CBS, prevista na LC 214/25, analise os seguintes itens:

- I. Como regra, ficam reduzidas em 60% as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre operações com serviços de educação, serviços de saúde e medicamentos.
- II. Os produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura estão sujeitos à redução de 60% das alíquotas.
- III. As atividades desportivas e os bens e serviços relacionados à soberania e segurança nacional são beneficiados com a redução a zero.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III

70. Considerando as disposições constitucionais sobre a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, prevista no art. 149-A da CF/88, assinale a alternativa correta:

- a) A COSIP pode ser instituída exclusivamente pelos Municípios, não sendo permitida sua instituição pelo Distrito Federal.
- b) A COSIP destina-se apenas ao custeio do serviço de iluminação pública.
- c) A cobrança da COSIP na fatura de consumo de energia elétrica é obrigatória, devendo constar em todas as faturas de energia.
- d) Tanto os Municípios como o Distrito Federal poderão instituir a COSIP para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública, além de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.
- e) A COSIP, por ser uma taxa vinculada à prestação de serviço público específico e divisível, deve observar o princípio da equivalência entre o custo individual do serviço e o valor cobrado de cada contribuinte

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO PARÁ*Eduardo da Rocha*

71. No âmbito do ICMS, a concessão de benefícios fiscais sempre foi tema sensível em razão do risco de competição tributária entre os Estados. A legislação estabeleceu regras específicas para uniformizar a concessão desses tratamentos favorecidos. Com base na LC 24/75, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as isenções do ICMS dependem de convênio celebrado entre os Estados e o Distrito Federal, podendo outros benefícios fiscais serem concedidos unilateralmente por cada ente federado.
- b) A redução de base de cálculo e a concessão de créditos presumidos não se submetem ao regime de convênios previsto na LC 24/75, pois não configuram tecnicamente isenção.
- c) A devolução do tributo ao contribuinte somente se sujeita à disciplina da LC 24/75 quando for integral e incondicionada.
- d) Incentivos ou favores fiscais que resultem em redução indireta do ônus do ICMS também dependem de convênio celebrado e ratificado pelos Estados e pelo Distrito Federal.
- e) As prorrogações de isenções existentes à época da edição da LC 24/75 podem ser realizadas livremente pelos Estados, por se tratar de mera continuidade de benefício já concedido

72. Com base na Lei nº 10.311/23, que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (TFRH), assinale a alternativa correta:

- a) A utilização de recurso hídrico para abastecimento residencial é tributada normalmente pela TFRH, admitindo-se apenas redução de alíquota em regulamento.

b) A utilização de recurso hídrico em pequeno volume é tributada, podendo ser objeto de restituição posterior.

c) O valor da TFRH corresponde a 0,3 da UPF-PA por metro cúbico de recurso hídrico utilizado nas hipóteses de aproveitamento hidroenergético.

d) A utilização de recursos hídricos para fins de aproveitamento hidroenergético sujeita-se à TFRH calculada à razão de 0,05 da UPF-PA por 1.000 m³ de recurso hídrico utilizado.

e) A lei estabelece que toda utilização de recurso hídrico por atividade econômica é isenta da TFRH, cabendo ao regulamento definir a forma de controle

73. A Taxa instituída pela Lei nº 8.455/16 possui regras específicas quanto ao momento do pagamento, prazos nas hipóteses de renovação e aplicação de penalidades pelo descumprimento de obrigações tributárias. Com base nessa disciplina, assinale a alternativa correta:

- a) A Taxa deverá ser paga após a ocorrência do fato gerador.
- b) Quando a Taxa for devida mensalmente em razão de renovação, o recolhimento deverá ocorrer até o último dia útil do mês objeto da cobrança.
- c) Na hipótese de exigência anual, o contribuinte novo deverá recolher integralmente a Taxa relativa a todo o exercício financeiro, ainda que passe a se sujeitar ao poder de polícia no decorrer do ano.
- d) O contribuinte que deixar de recolher a Taxa no prazo legal ficará sujeito à multa correspondente a 50% do valor da Taxa não recolhida, total ou parcialmente.
- e) O descumprimento de obrigação acessória somente autoriza a aplicação de advertência, sendo vedada a imposição de multa

74. A locadora de veículos Boa Rota Rent a Car Ltda., estabelecida no Estado X, ampliou recentemente sua frota. Em janeiro, a empresa passou a utilizar três veículos em situações distintas: adquiriu um veículo novo para locação no Estado, trouxe um veículo usado que estava registrado anteriormente em outro Estado e manteve em sua frota um veículo usado já inscrito no cadastro estadual. Além disso, um veículo que gozava de isenção deixou de cumprir as condições exigidas para o benefício. Com base na legislação do IPVA, assinale a alternativa correta:

- a) O fato gerador do IPVA, em relação a todos os veículos da locadora, ocorre apenas no dia 1º de janeiro de cada ano.
- b) No caso do veículo novo adquirido para integrar a frota destinada à locação no Estado, o fato gerador ocorre na data da primeira locação realizada ao cliente.
- c) Em relação ao veículo usado anteriormente registrado em outro Estado, o fato gerador ocorre na data em que ele for efetivamente vendido ao consumidor final no território estadual.
- d) A perda das condições de isenção impede a incidência do IPVA até o exercício seguinte, quando então ocorrerá novo fato gerador.
- e) O veículo usado já inscrito no cadastro estadual terá o fato gerador ocorrido no dia 1º de janeiro de cada ano.

75. A legislação do IPVA estabelece alíquotas diferenciadas conforme o tipo de veículo e a finalidade de sua utilização. Com base na Lei nº 6.017/96, assinale a alternativa correta:

- a) As aeronaves e embarcações, independentemente da finalidade de uso, sujeitam-se à alíquota de 2,5%.
- b) Os automóveis destinados à locação, quando pertencentes a empresas locadoras estabelecidas no Estado, sujeitam-se à alíquota de 1%, desde que cumpridas as condições dispostas em regulamento.
- c) Caminhões e ônibus estão sujeitos à alíquota de 0,5%.
- d) As embarcações recreativas e esportivas sujeitam-se à alíquota de 0,5%.
- e) As motocicletas sujeitam-se à alíquota de 2,5%

76. A legislação do IPVA estabelece mecanismos que vinculam a regularidade fiscal do veículo à prática de diversos atos perante o órgão de trânsito, buscando assegurar a arrecadação e o controle do imposto. Com base na Lei nº 6.017/96, assinale a alternativa correta:

- a) O imposto é vinculado ao veículo, não se exigindo novo pagamento no mesmo exercício quando já tiver sido quitado, ainda que ocorra transferência de outra unidade da Federação.
- b) A comprovação do pagamento do IPVA é exigida para o registro inicial do veículo, não sendo necessária em casos de vistoria ou renovação.
- c) O sujeito passivo com débito de IPVA poderá alienar o veículo, desde que comunique previamente ao órgão de trânsito.
- d) A existência de débito de IPVA impede a transferência do veículo para outro Estado, não afetando a possibilidade de oneração.
- e) O veículo poderá ser matriculado sem prova de pagamento do imposto sempre que o contribuinte alegar dificuldades financeiras devidamente comprovadas perante o Fisco

77. A ocorrência do fato gerador do ICMS depende da verificação de situações específicas previstas em lei, envolvendo circulação jurídica de mercadorias, prestações de serviços e determinadas entradas no território estadual. Com base na Lei nº 5.530/89, assinale a alternativa correta:

- a) Não ocorre o fato gerador do ICMS na saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, salvo quando destinada a consumidor final.
- b) Considera-se ocorrido o fato gerador na prestação onerosa de serviços de comunicação, inclusive quando realizada por meio de geração, transmissão ou retransmissão de sinais.
- c) A entrada de combustíveis derivados de petróleo oriundos de outro Estado configura fato gerador do ICMS quando destinados à comercialização ou industrialização.
- d) A saída de mercadoria para outro estabelecimento pertencente ao mesmo titular configura fato gerador do ICMS.
- e) A aquisição de mercadoria importada apreendida em licitação pública não configura fato gerador do ICMS, por inexistir operação mercantil típica

78. A base de cálculo do ICMS pode ser composta por diversos valores vinculados à operação, havendo também hipóteses expressas de exclusão previstas na legislação. Com base na Lei nº 5.530/89, analise as afirmativas abaixo:

- I. O montante do próprio ICMS integra a base de cálculo do imposto, sendo o destaque no documento fiscal mera indicação para fins de controle.
- II. O valor do IPI integra a base de cálculo do ICMS quando a operação ocorrer entre contribuintes e o produto for destinado à industrialização ou comercialização.
- III. O valor da demanda de potência não utilizada não integra a base de cálculo do ICMS na hipótese de fornecimento de energia elétrica por demanda contratada.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas

79. A legislação do ICMS disciplina tanto a possibilidade de recomposição da conta gráfica pelo contribuinte quanto as hipóteses em que se impõe o estorno de créditos anteriormente apropriados. Com base na Lei nº 5.530/89, assinale a alternativa correta:

- a) O contribuinte poderá recompor sua conta gráfica mesmo estando sob ação fiscal, desde que o erro não tenha resultado em recolhimento em atraso do imposto.
- b) A apropriação extemporânea de crédito pode ser realizada independentemente de qualquer comunicação à repartição fazendária competente.
- c) O contribuinte deverá estornar o crédito do imposto quando a mercadoria vier a ser utilizada em finalidade alheia à atividade do estabelecimento.
- d) O perecimento ou extravio da mercadoria não interfere no direito ao crédito do ICMS já apropriado.
- e) A recomposição da conta gráfica somente é admitida quando resultar em aumento do valor do imposto a recolher

80. A inscrição no cadastro estadual do ICMS é instrumento essencial para o controle fiscal das atividades econômicas, permitindo à administração tributária acompanhar a atuação dos contribuintes. Com base na Lei nº 5.530/89, assinale a alternativa correta:

- a) A pessoa que produza mercadorias em propriedade alheia somente estará obrigada à inscrição no cadastro estadual se promover a saída das mercadorias em nome do proprietário do imóvel.
- b) A inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS poderá ser requerida após o início das atividades do estabelecimento, desde que dentro do mesmo exercício financeiro.
- c) A imunidade, a não incidência ou a isenção dispensam o contribuinte da obrigação de se inscrever no Cadastro de Contribuintes do ICMS.
- d) O estabelecimento rural situado em território de mais de um município deverá manter inscrição em todos os municípios onde houver área produtiva.
- e) O contribuinte é considerado jurisdicionado no município onde estiver localizada a sede da propriedade rural quando o imóvel abranger mais de um município

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Rafael Rocha (Caverna)

81. De acordo com a lei estadual nº 6.182/98, são cabíveis as seguintes penalidades aos infratores da legislação tributária, exceto:

- a) imposição da atualização monetária.
- b) imposição de juros.
- c) imposição de multa.
- d) aplicação de medidas acauteladoras.
- e) medida cautelar fiscal.

82. De acordo com a lei estadual nº 6.182/98, julgue os seguintes itens acerca dos efeitos da consulta:

- I. suspende o curso do prazo de recolhimento dos tributos não-vencidos à data em que for formulada.
- II. exclui a punibilidade do consulente, no que se refere a infrações meramente formais.
- III. impede ação fiscal a partir da apresentação da consulta até trinta dias da data da ciência.
- IV. adquire o caráter de denúncia espontânea em relação a débito vencido até a data da ciência de sua solução pelo sujeito passivo, desde que, no prazo de trinta dias da data da intimação da solução, o sujeito passivo adote as demais providências previstas na legislação.

São corretos, apenas:

- a) II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, II, III e IV.

83. Acerca da base de cálculo do ITCMD, assinale a opção incorreta:

- a) Não se deduzirá da base de cálculo do imposto, o valor de quaisquer dívidas que onerem o bem ou direito, ou a sua forma de aquisição, nem mesmo as dívidas do espólio.
- b) Em se tratando de ações representativas do capital de sociedade, a base de cálculo é determinada por sua cotação média na Bolsa de Valores na data da transmissão.
- c) Em se tratando de imóvel urbano ou de direito a ele relativo, a base de cálculo corresponderá ao valor fixado para o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.
- d) Na hipótese em que o capital da sociedade tiver sido integralizado em prazo inferior a cinco anos, mediante incorporação de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, a base de cálculo do imposto não será inferior ao valor venal atualizado dos referidos bens imóveis ou direitos.
- e) A base de cálculo na instituição do usufruto, por ato não oneroso será de 1/3 (um terço) do valor venal do bem.

84. De acordo com a lei estadual nº 6.182/98, os Conselheiros do TARF, por ocasião do julgamento no contencioso administrativo, deverão observar os precedentes judiciais firmados em determinadas situações. Assinale a opção incorreta:

- a) quaisquer decisões do Supremo Tribunal Federal proferidas em sede de recurso extraordinário
- b) súmulas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sobre direito local.
- c) súmulas do Superior Tribunal de Justiça.
- d) incidentes de resolução de demanda repetitiva.
- e) quaisquer decisões do Plenário do Supremo Tribunal Federal proferida em controle concentrado de constitucionalidade.

85. De acordo com a lei estadual nº 6.182/98, os Conselheiros do TARF perderão o mandato se:

- a) faltar, sem justo motivo, a duas sessões consecutivas ou 5 alternadas, durante o período de 12 meses.
- b) solicitar prorrogações de prazos para relatar expediente sob sua responsabilidade duas vezes consecutivas, durante o período de um ano calendário.
- c) deixar de relatar expedientes sob sua responsabilidade, em qualquer hipótese, durante duas sessões consecutivas àquela em que deveria ser relatado.
- d) praticar atos de improbidade administrativa ou que deliberadamente impeçam a tramitação normal dos expedientes.
- e) solicitar prorrogações de prazos, em relação a expedientes diversos, 5 vezes alternadas, durante o período de um ano calendário.

FLUÊNCIA EM DADOS - TÓPICOS: I.1, I.2

Fernando Pedrosa

Acerca de **Metodologias Ágeis**, julgue os itens subsequentes.

86. Considerando os Compromissos de cada artefato do Scrum 2020, assinale a alternativa que corresponde ao comprometimento do Incremento do produto.

- a) Meta do Produto
- b) Meta da Sprint
- c) Definition of Done
- d) Visão do Produto
- e) Definition of Ready

87. Considere as responsabilidades a seguir, relacionadas ao Scrum Team. I - Adaptar seu plano a cada dia em direção à meta da Sprint; II - Introduzir gradualmente qualidade aderindo a uma Definição de Pronto; III - Desenvolver e comunicar explicitamente a meta do produto. Quais dessas responsabilidades estão associadas aos Developers?

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II, III.

88. De acordo com a teoria do guia do Scrum, quais são os três pilares empíricos do framework?

- a) Transparência, Inspeção e Adaptação
- b) Revisão, Retrospectiva e Planejamento
- c) Transparência, Revisão e Retrospectiva
- d) Planejamento, Revisão e Adaptação
- e) Simplicidade, Empiricismo e Formalidade

89. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que NÃO indica corretamente uma característica do Scrum Team de acordo com o Scrum 2020.

- a) Multifuncionalidade, o que significa que os membros possuem todas as habilidades necessárias para criar valor a cada Sprint.
- b) Auto-organização, o que significa escolher a melhor forma de realizar (How-To) as tarefas.
- c) Coesão de profissionais focados em um objetivo de cada vez, a Meta do Produto.
- d) Composto, normalmente, por 10 ou menos pessoas.
- e) Empoderado, pela organização, para gerenciar seu próprio trabalho.

90. Sobre o evento de Sprint, no Scrum 2020, assinale a alternativa correta.

- a) É possível realizar mudanças durante a Sprint, mesmo que coloque a sua meta em risco, desde que negociadas com o Product Owner.
- b) É possível reduzir a qualidade do produto, com o objetivo de atender ao prazo da Sprint.
- c) O backlog do produto é fixo, pois seu refinamento só pode ocorrer durante o Planejamento da Sprint.
- d) É possível haver lacunas entre Sprints, ou seja, um tempo de ajuste que ocorre entre uma sprint e outra subsequente.
- e) Todo o trabalho necessário para atingir a meta do Produto, incluindo Sprint Planning, Daily Scrums, Sprint Review e Sprint Retrospective, acontece dentro de Sprints.

desempenho significativamente inferior em dados novos. Nesse contexto, métricas como precisão, recall, F1-score e análise da curva ROC são utilizadas para avaliar o comportamento do modelo.

- a) Overfitting ocorre quando o modelo apresenta baixo desempenho tanto no conjunto de treinamento quanto no conjunto de teste.
- b) Precisão (precision) mede a proporção de exemplos positivos reais corretamente identificados entre todos os positivos existentes na base.
- c) Recall mede a proporção de previsões corretas considerando todas as previsões realizadas pelo modelo.
- d) O F1-score corresponde à média aritmética entre precisão e recall.
- e) Overfitting ocorre quando o modelo se ajusta excessivamente aos dados de treinamento, capturando inclusive ruídos e reduzindo sua capacidade de generalização para novos dados.

92. Um pipeline de dados organiza etapas automatizadas para mover e preparar dados desde sua origem até o ambiente de análise.

- a) Um pipeline de dados normalmente envolve etapas como ingestão, transformação e disponibilização dos dados para consumo analítico.
- b) Pipelines de dados são utilizados exclusivamente para armazenamento permanente de dados brutos, sem qualquer etapa de processamento.
- c) A execução de pipelines elimina a necessidade de validação ou controle de qualidade dos dados processados.
- d) Pipelines de dados são utilizados apenas em ambientes de bancos de dados transacionais, não em sistemas analíticos.
- e) A construção de pipelines impede a integração de dados provenientes de múltiplas fontes.

FLUÊNCIA EM DADOS - DEMAIS TÓPICOS

Emanuelle Gouveia

91. Durante a avaliação de um modelo de classificação, um analista observou desempenho muito alto no conjunto de treinamento, mas

- 93.** Em arquitetura de dados, pipelines são utilizados para automatizar o fluxo de ingestão, transformação e disponibilização de dados para consumo analítico.
- a) Um pipeline de dados elimina a necessidade de transformação, pois os dados são utilizados diretamente em seu formato original nos sistemas analíticos.
 - b) Orquestração de pipelines refere-se apenas ao armazenamento de dados em bancos analíticos após a etapa de ingestão.
 - c) O processo ETL consiste apenas na extração de dados de sistemas operacionais e seu carregamento direto em ferramentas de visualização.
 - d) Integração de dados em pipelines ocorre somente quando os dados possuem exatamente o mesmo formato e estrutura nas fontes de origem.
 - e) Em pipelines de dados, a orquestração coordena a execução e a dependência entre etapas de ingestão, transformação e carga, garantindo que o fluxo ETL ocorra de forma automatizada e controlada.
- 94.** Uma base de dados utilizada em análise contém registros com campos ausentes e também linhas repetidas. Antes da construção de modelos ou geração de relatórios analíticos, o analista decide realizar etapas de preparação dos dados.
- a) Valores faltantes devem ser sempre substituídos por zero, independentemente do contexto do dado ou da variável analisada.
 - b) O tratamento de valores faltantes e duplicados é uma etapa de qualidade de dados que busca evitar distorções estatísticas e inconsistências nas análises.
 - c) Registros duplicados não afetam análises quantitativas, pois representam apenas repetição de informação já existente.
 - d) A presença de valores faltantes impede qualquer tipo de análise de dados, sendo obrigatória a exclusão completa do conjunto de dados.
 - e) Dados duplicados são úteis para aumentar artificialmente o tamanho da amostra e melhorar a precisão de modelos analíticos.
- 95.** A arquitetura de Big Data organiza componentes responsáveis pela ingestão, armazenamento e processamento de grandes volumes de dados provenientes de múltiplas fontes.
- a) Em arquiteturas de Big Data, diferentes camadas são utilizadas para ingestão, armazenamento distribuído e processamento paralelo dos dados.
 - b) Arquiteturas de Big Data utilizam apenas bancos de dados relacionais centralizados para armazenar grandes volumes de dados.
 - c) O processamento em ambientes de Big Data ocorre de forma sequencial em um único servidor para garantir consistência dos dados.
 - d) Sistemas de Big Data eliminam a necessidade de integração de dados provenientes de múltiplas fontes.
 - e) O conceito de Big Data restringe-se exclusivamente ao armazenamento de dados estruturados em planilhas corporativas.

96. Uma organização precisa processar grandes volumes de dados provenientes de sensores, sistemas transacionais e registros de navegação. Para suportar esse cenário, foi adotada uma arquitetura de Big Data com armazenamento distribuído e processamento paralelo.

- a) Em arquiteturas de Big Data, os dados precisam ser previamente estruturados em modelo relacional antes de serem armazenados em sistemas distribuídos.
- b) A escalabilidade em ambientes de Big Data ocorre principalmente pelo aumento da capacidade de um único servidor central.
- c) Arquiteturas de Big Data permitem escalabilidade horizontal, adicionando novos nós ao cluster para ampliar capacidade de armazenamento e processamento.
- d) O processamento em arquiteturas de Big Data é necessariamente sequencial para garantir integridade dos dados.
- e) Plataformas de Big Data são utilizadas apenas para armazenamento de dados históricos, sem suporte a processamento analítico.

97. Em bancos de dados relacionais, o modelo de dados utiliza chaves e relacionamentos para garantir integridade e organização das informações.

- a) A chave estrangeira (FK) é responsável por identificar unicamente cada registro dentro da própria tabela onde está definida.
- b) Tipos de dados em uma tabela têm função apenas de organização visual dos campos, não influenciando armazenamento ou validação de valores.
- c) O relacionamento entre tabelas ocorre apenas por meio da igualdade entre nomes de colunas, independentemente de chaves definidas.
- d) Uma chave estrangeira estabelece um vínculo entre tabelas ao referenciar a chave primária de outra tabela, contribuindo para a integridade referencial.

e) A chave primária pode conter valores repetidos desde que pertençam a registros diferentes.

98. Uma tabela Vendas possui os campos Produto, Região e Valor. O analista precisa gerar uma consulta que apresente cada produto e o total de vendas associado a ele, considerando apenas registros cujo valor seja maior que zero.

- a) `SELECT Produto, SUM(Valor) FROM Vendas WHERE Valor > 0 GROUP BY Produto;`
- b) `SELECT Produto, SUM(Valor) FROM Vendas GROUP BY Valor;`
- c) `SELECT SUM(Valor) FROM Vendas WHERE Produto GROUP BY Produto;`
- d) `SELECT Produto, Valor FROM Vendas ORDER BY SUM(Valor);`
- e) `SELECT Produto, COUNT(Valor) FROM Vendas WHERE Valor > 0;`

99. Considere o seguinte trecho de código em Python:

```
dados = [10, 15, 20, 25, 30]
resultado = [x for x in dados if x % 10 == 0]
print(len(resultado))
```

- a) O código gera erro, pois listas não podem ser percorridas em expressões condicionais.
- b) O código imprime 3, pois filtra os valores divisíveis por 10 e conta quantos elementos atendem à condição.
- c) O código imprime 5, pois todos os valores da lista são mantidos após o filtro.
- d) O código imprime 2, pois apenas dois valores da lista são múltiplos de 10.
- e) O código retorna uma lista vazia, pois a condição `x % 10 == 0` não é válida em Python.

100. Considere as características da linguagem de programação Python amplamente utilizadas em aplicações de ciência de dados, automação e desenvolvimento de software.

- a) Python exige declaração explícita de tipo para todas as variáveis antes de sua utilização.
 - b) Python é uma linguagem compilada estaticamente, na qual todo o código precisa ser traduzido para código de máquina antes da execução.
 - c) Python não suporta programação orientada a objetos, sendo voltada apenas para scripts procedurais.
 - d) Python é uma linguagem interpretada, de tipagem dinâmica e com sintaxe voltada à legibilidade do código.
 - e) Python impede o uso de bibliotecas externas, limitando o desenvolvimento apenas aos recursos nativos da linguagem.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>